



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

CRISE CAPITALISTA E PÓS-MODERNIDADE: introdução ao debate

RAFAELA BEZERRA FERNANDES ¹

RESUMO

O presente artigo busca reunir elementos sobre a conjuntura sócio-histórica que enseja a emergência da modernidade, além de problematizar a conformação da crise no capitalismo tardio e suas repercussões ideoculturais expressas no chamado pós-modernismo. Nesse sentido, procura-se, a partir destes elementos, lançar luz sobre as implicações da racionalidade pós-moderna sobre o processo de alienação entendendo-a como uma dominante cultural no estágio atual de desenvolvimento capitalista que compromete diretamente a compreensão crítica da realidade social a partir da perspectiva de totalidade.

Palavras-chave: Modernidade; pós-modernidade; capitalismo tardio.

ABSTRACT

This article seeks to gather elements about the socio-historical conjuncture that gives rise to the emergence of modernity, in addition to problematizing the conformation of the crisis in late capitalism and its ideocultural repercussions expressed in the so-called postmodernism. In this sense, we seek, from these elements, to shed light on the implications of postmodern rationality on the process of alienation, understanding it as a cultural dominant in the current stage of capitalist development that directly compromises the critical understanding of social

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

reality to from the perspective of totality.

Keywords: Modernity; postmodernity; late capitalism.

1. Introdução

A apreensão do significado das inúmeras transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que atravessou a vida social na Europa no final do século XVIII é fundamental para a compreensão da emergência e consolidação do positivismo. O eixo central dessas transformações estruturais da realidade europeia pode ser localizado em dois processos fundamentais para a emergência da sociedade burguesa moderna: o papel da burguesia na resistência ao antigo regime feudal e a chamada revolução industrial. De maneira genérica, podemos dizer que o positivismo corresponde às necessidades de interpretação da realidade social daquele período, atrelada ao amplo processo de racionalização em curso desde a renascença.

A burguesia, ao se constituir como vanguarda da luta contra as estruturas feudais, vocaliza os interesses da maioria que se rebelava contra o feudalismo e a nobreza. A burguesia vocalizava a luta contra os privilégios da nobreza e suas formas de dominação, incorporava, no plano científico-cultural, a defesa da racionalidade e dos valores humanistas em contraposição à hegemonia da visão mundo da metafísica cristã. Assim sendo, as massas populares, servos, camponeses e artesãos apoiaram as chamadas “revoluções burguesas”.

Ao se questionar os privilégios feudais, a burguesia incorpora o que havia de mais avançado nas ciências naturais, sociais e na filosofia. A recusa às crenças religiosas e ao senso comum, aos poucos, foi cedendo espaço para a explicação racional e científica da natureza e da sociedade. Ao tomar o poder e se constituir como classe dominante por meio de revoluções, entre as quais a Revolução Francesa é a mais conhecida com seu ideário de “liberdade, igualdade e fraternidade”, a burguesia precisa construir mecanismos que institucionalizam e justificam seu poder. As teses contratualistas do direito e a economia política vão cristalizar o liberalismo como perspectiva ideológica e filosófica a serviço do capitalismo e da formação do Estado burguês.

A chamada “revolução industrial” também cumpriu um papel fundamental na desestruturação das relações feudais. As mudanças nas formas de produção de bens e

mercadorias exigiram a “transformação” do servo em trabalhador assalariado, impactando nos processos de urbanização, na concepção de propriedade privada dos meios de produção e dos direitos civis.

Com as revoluções industrial e burguesa a divisão do trabalho assume características distintas da rigidez feudal, que submetia os servos ao arbítrio da servidão e da igreja. Tais mudanças impõem desafios aos estudiosos e cientistas da época que refletiram sobre o impacto do crescimento das cidades, das condições epidemiológicas, do pauperismo e do crime.

O avanço do capitalismo como modo de produção dominante na Europa ocidental foi desestruturando, com velocidade e profundidade variadas, tanto os fundamentos da vida material como as crenças e os princípios morais, religiosos jurídicos e filosóficos em que se sustentava o antigo sistema. [...] A capitalização e modernização da agricultura provocaram o êxodo de milhares de famílias que, expulsas de seu habitat ancestral, vagavam à procura de trabalho. (QUINTANEIRO, BARBOSA, OLIVEIRA, 2002, p. 10).

É nessas condições que a chamada razão moderna se desenvolve explicitamente vinculada às modificações estruturais e aos projetos de classe da época.

Segundo Simionato (2009), as Revoluções científicas (séc XVI e XVII) impactaram as formas de perceber e explicar o mundo em contraposição às explicações metafísicas e religiosas da época. Nesse contexto surge a chamada tradição racionalista - primazia na capacidade racional dos seres humanos na explicação da realidade objetiva - que se expressa nas ideias de Descartes, Francis Bacon e Kant, e edifica no terreno, no plano do pensamento, que se ergueu a modernidade.

Um dos principais expoentes da modernidade, Kant influenciará a formulação da sua época ao debater a relação entre “razão” e “experiência” no processo de apreensão dos fenômenos restringidos à sua “aparência”. Hegel será o principal combatente da visão kantiana ao combater o “profundo subjetivismo” na visão de Kant e afirmar necessidade de distinção entre “objetividade e subjetividade” no processo de construção do conhecimento. A partir dessa noção Hegel afirma o papel da razão como base da existência humana e, a partir dessa capacidade racional de captar a realidade para além da aparência, desenvolve a noção de razão dialética.

Para Simionato (2009), das concepções de Hegel derivam três núcleos que são fundamentais para compreender a modernidade: 1. o humanismo (ser humano como produto da sua própria ação), 2. historicismo (caráter histórico da humanidade e defesa da ideia de progresso/melhoramento) e 3. razão dialética (superação do saber

imediatista/intuitivo, capaz de ir além da aparência dos fenômenos).

Não é periférico sinalizar que a centralidade da razão, aspecto peculiar da modernidade, ocorre mediante o cenário de constituição do modo de produção capitalista e se responde, no plano do pensamento, às necessidades da nova ordem social. A constituição do Estado burguês, as revoluções industriais e burguesas, a urbanização, a acumulação primitiva de capital, a colonização e escravidão na África/Américas e rupturas no interior da Igreja Católica são dimensões importantes da gênese da modernidade.

No século XIX, o pensamento social que se desenvolve expressa, de modo diverso, uma preocupação com a reflexão sobre as mudanças na organização social diante da hegemonia burguesa. O positivismo do francês Auguste Comte, por exemplo, cumpriu papel destacado na defesa da ordem burguesa. Simionato (2009) salienta que o positivismo e suas derivações fortaleceram o irracionalismo à medida que introduzem como pressuposto uma dada ordem natural na qual todos/as deveriam se submeter. Ou seja, uma visão fetichizada da realidade que macula o potencial racional de enfrentar os dilemas da humanidade para além da aparência.

A teoria social de Karl Marx também é uma expressão das reflexões modernas. No entanto, se desenvolve no seio da contestação ao recuperar a noção de razão dialética desenvolvida por Hegel para construir uma análise preocupada com a estrutura e a gênese da sociedade burguesa em sua totalidade. Mais que isso, vincula o exercício de conhecimento ao desafio da práxis social.

2. Crise capitalista e repercussões ideoculturais: a emergência do chamado pós-modernismo

Conforme Jameson (1984), o debate sobre o pós-modernismo remonta ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, momento em que intelectuais sugeriam a existência de uma ruptura com o chamado “movimento moderno” / modernismo, especialmente no campo da arte e da cultura.

A referência às mudanças no domínio da arte da cultura são elementos que provocam Jameson (1984) a indagar se tais mudanças se referem às alterações estéticas/estilísticas e/ou transformações mais profundas. Jameson (1984) busca respostas para a indagação anterior ao estudar as modificações no modo de produção capitalista pós

Segunda Guerra Mundial, tendo como pano de fundo a análise de Mandel (1982) sobre as ondas de expansão e estagnação do capitalismo (considerando o crescimento econômico a partir de 1945 à crise profunda que se instaura em meados dos anos 1960).

É a partir do esforço de compreensão do pós-modernismo a partir das configurações e tendências do capitalismo que Jameson (1984, p. 29) ressalta que é “essencial entender o pós-modernismo não como um estilo, mas como uma dominante cultural”, considerando, em especial, um nível de integração entre as práticas e produções estéticas à dinâmica da produção de mercadorias.

Para Harvey (2012), a crise do capitalismo na década de 1960/1970 remonta às consequências gestadas após um período de expansão econômica (1945 a 1965) caracterizado pela hegemonia fordista-keynesiana na produção social e na regulação social. O pacto keynesiano-fordista que se estabelece mais profundamente no segundo pós-guerra sintetizou o *mix* de uma perspectiva política que buscava estabelecer uma maior igualdade social através do incremento das políticas sociais de forma a propiciar a circulação das mercadorias, com a dinâmica de produção em massa para o consumo de massa, de modo que, juntos, colocassem a girar a engrenagem do capital com vistas à retomada de seu crescimento. Para Behring e Boschetti (2008), a manutenção das altas taxas de lucro possíveis pela associação dos elementos citados acima presumia a burguesia ceder minimamente às reivindicações do proletariado com a finalidade de estabelecer um cenário propício para o processo de acumulação em expansão, movimento esse que contribuiu para que a organização dos trabalhadores em torno de uma pauta mais radical fosse posta como uma necessidade de segunda ordem, dada a conformação com as conquistas mais imediatas advindas com a ampliação das políticas sociais.

O que se tem por certo, destacam as autoras, é que o período pós Segunda Guerra Mundial foi decisivo para a generalização das políticas sociais na medida em que o Estado passou a regular as esferas econômicas e sociais e organizar sua dinâmica interna de processo produtivo calcado no keynesianismo-fordismo, cujos elementos conjugados possibilitaram a “onda longa com tonalidade expansionista” (MANDEL, 1982).

Após os “anos dourados”, o capital começa a demonstrar incapacidade de assegurar a reprodução ampliada nos mesmos patamares de crescimento. Esse contexto também é demarcado politicamente pelo aprofundamento das disputas em torno da guerra fria, da ofensiva do imperialismo estadunidense e pelo crescimento do movimento comunista mundial.

As crises, compreendidas como fenômenos inevitáveis e necessários à existência do

capitalismo, trazem consigo implicações diretas à organização do trabalho, especialmente pelas reviravoltas tecnológicas que as acompanham em busca da recuperação econômica. A eclosão da crise do capital de 1970, que alterou drasticamente as relações na esfera produtiva, é forte exemplo de como a queda nas taxas de lucro, ainda que esta não rompa com o ciclo de acumulação dos grandes capitalistas, decorrem em severas medidas para a intensificação do trabalho.

O cenário global de quebra do mercado à época despertou o intento incessante pela estabilidade econômica então em colapso. As estratégias de superação da crise envolveram a sobreposição do modelo taylorista/fordista de produção devido à sua particular rigidez e esgotamento por outro formato, desdobrando-se em medidas voltadas às novas exigências de consumo que encontraram, no fim da “onda longa com tonalidade expansionista” (MANDEL, 1982), a necessidade de se reinventar. Como corolário, vivem-se experiências transitórias no mundo da produção com a chegada do toyotismo em que “novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado” (ANTUNES, 2006, p. 24). A exigência do trabalhador polivalente, responsável por diversas etapas do circuito produtivo, aprofunda uma dinâmica social quem tem em seu lastro marcas profundas da precarização e opressão do trabalhador.

A “flexibilização” pretendida pelo grande capital vem sendo favorecida pelo direcionamento a que ele submete a verdadeira revolução tecnológica que, desde os anos cinquenta, afeta as forças produtivas. Sem entrar na polêmica acerca dessa revolução [...], é fato que, no processo produtivo, opera-se a substituição da eletromecânica pela *eletrônica* e uma crescente *informatização* do processo de automação - o que, com a saliência adquirida pelas atividades de pesquisa e projeto e com o desenvolvimento de novos materiais e condutores de baixa perda, altera profundamente o processo produtivo. Conseqüentemente, o processo de trabalho e os seus mecanismos de controle e organização experimentam modificações que não podem ser minimizadas. (NETTO, 1996, p. 92)

O processo de intensificação se revela, em particular, quando esperam-se elevados níveis de produtividade dos trabalhadores quando estes são mantidos e cobrados sem qualquer alteração substantiva de salários e jornada, ou seja, sendo requeridos a atuar com maior carga de trabalho quando mantidas as mesmas condições de produção (DAL ROSSO, 2008). O que isto quer dizer, e que não se constitui novidade a este sistema, é que recai sobre as camadas populares, sempre e a todo custo, o peso de que o suor da classe trabalhadora se reverta em manutenção de privilégios da grande burguesia.

As evoluções tecnológicas e a exigência insaciável do trabalhador não apenas

especializado, mas cada vez mais versátil, basilar um discurso de funcionamento da sociedade que justifica a condição do trabalho na atualidade como uma ocorrência natural, incontestável e fatalista do caminho da humanidade, sem qualquer espaço para mudança. Tal movimento constitui-se, desse modo, astucioso como estratégia de dominação burguesa e grave como processo de enfraquecimento da indignação coletiva frente a conjuntura.

Conforme elucidado, o modo de gestão do trabalho contemporâneo enfatiza a aceitação da própria condição de exploração dos trabalhadores, escamoteando a constatação da realidade como produto de escolhas políticas, logo, abafando e esmorecendo as iniciativas de contestação das relações vigentes. O que quer dizer que as mudanças provindas da reestruturação produtiva interferem e lesam diretamente a organização política da classe trabalhadora, que envolve sujeitos inseridos no trabalho sob formas amplamente variadas e inesgotavelmente pressionados pela gestão de resultados, dada a instabilidade e intermitência dos postos de ocupação.

O que se vê, portanto, é o distanciamento acelerado do assalariamento estável substituído pela insegurança e alta rotatividade da mão de obra disponível que se reflete inegavelmente no comportamento social desses sujeitos, visto: na fragmentação e atenuação do engajamento político; na falta de uma “identidade coletiva” e “sentimento de pertencimento a um grupo” mantido por interesses comuns (BRAGA, 2006, p. 148).

Todas essas alterações sensíveis ao trabalho são forjadas no seio de uma metamorfose que é global de mundialização do capital, que corresponde à emergência de um tempo marcado pelo predomínio do capital financeiro (resultante da fusão entre capital industrial e bancário) numa atmosfera em que as crises deixam de ser esporádicas e se colocam como uma realidade persistente. O novo padrão de acumulação capitalista manifesta-se como resposta ao contexto de profunda crise de superprodução que marca os anos 1970, cujo suporte ideo-político deu-se amparado no receituário neoliberal. Sobre o neoliberalismo, diz Harvey (2008, p. 12), é a teoria que propõe “que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio”, unicamente alcançável pela participação protagonista do Estado nesse processo. Em síntese, ao aparato estatal cabe promover as condições necessárias à realização do capital, sua livre mobilidade e nichos de aplicação.

Na prática, destaca o autor, o projeto neoliberal não serviu tanto como se propunha à

restauração dos níveis de prosperidade capitalista dos “anos dourados”, contudo, se prestou com muita eficiência à retomada do poder das elites econômicas, à época sob ameaça pela efervescência dos movimentos sociais que agitaram o mundo de ponta a ponta ante o quadro de recessão e expressivo desemprego. O percurso para consolidar as propostas neoliberais pressupôs o distanciamento das massas, pois “a governança pelo regime da maioria é considerada uma ameaça potencial aos direitos individuais e às liberdades constitucionais”, prática esta que evidentemente não se pretende promover o bem-estar da população, mas exclusivamente, pelo exercício do consenso, assegurar o cenário propício para o domínio do capital monopolista.

A crise no âmbito da produção e regulação social é respondida pelo capital com a reestruturação produtiva (acumulação flexível) e neoliberalismo (desestruturação do Estado Social na Europa), aprofundamento dos laços de dependência das economias periféricas com práticas imperialistas e neocolônias, e com forte ofensiva contra o movimento operário e o comunismo.

Desde a década de 1970, os pilares de sustentação desse sistema passaram por um rearranjo enquanto mecanismo de saída ao quadro de crise e deram lugar a um novo regime de acumulação capitalista, cujas iniciativas de recuperação das taxas de lucro envolveram a já mencionada reestruturação produtiva. Este tempo, de mundialização do capital com domínio do capital financeiro (CHESNAIS, 1996), corresponde a um novo patamar de estruturação da economia mundial que, para se realizar, tem como aporte ideológico o neoliberalismo, que ancorado na abertura da economia, desregulamentação e privatizações, integralmente combina-se às aspirações da ordem burguesa. Tais estratégias, adotadas como respostas às novas exigências do capital, se espraiaram globalmente e atingiram em proporções diferenciadas as regiões do mundo. Em especial na América Latina, onde o atraso faz-se historicamente funcional à manutenção do sistema capitalista mundial, as inflexões foram amplas e colocaram em risco as recentes conquistas no universo dos direitos.

Desse modo, a análise dos desdobramentos na relação entre Estado e sociedade a partir de então, com profundas implicações para o trabalho, passa inegavelmente pelo reconhecimento de que as escolhas políticas-econômicas pautam-se historicamente, e agora escancaradamente, pelo serviço ao capital, donde as políticas sociais, mesmo servindo indiretamente à reprodução ampliada do capital por meio da recomposição da força de trabalho, passam a ter sua estrutura comprometida diretamente pelos interesses privados.

No plano da luta política tem-se como resposta um profundo descontentamento com experiências partidárias/sindicais nos países capitalistas centrais e um profundo desencontro entre as orientações do movimento comunista com as lutas construídas nos países dependentes (crítica ao chamado “marxismo-leninismo” da URSS).

Doutro lado, diante de uma verdadeira “revolução cultural”, conforme destaca Hobsbawm (1995), as respostas empreendidas pelo movimento comunista em escala mundial também não foram promissoras (em geral, no que tange às pautas do meio ambiente, direitos das mulheres, negros/as, LGBT). Acresce a esse elemento certa burocratização dessas organizações de esquerda, conforme síntese de Bihl (1999) que, ao analisar o caso do movimento operário europeu, aponta um cenário de ascensão do reformismo no movimento sindical a partir do chamado “pacto fordista”.

No plano ideocultural, a pós-modernidade se apresenta como uma alternativa às formas de interpretar a realidade legadas pela modernidade, pelas “meta-narrativas”. A reação é parte das modificações no interior da sociedade burguesa e, neste sentido, não é simplesmente uma ruptura analítica/epistemológica. O pós-modernismo faz parte do ideário cultural da acumulação flexível (ou do capitalismo tardio).

3. As formulações pós-modernas

A perspectiva pós-moderna se afirma a partir da caracterização do exaurimento do chamado “paradigma moderno” (SANTOS, 1996). Os debates sobre a inviabilidade da razão moderna, seu projeto de emancipação social, sua crise, as vias de transição etc. ganham notoriedade na reflexão e na ação política. Santos (1996, p. 78-79) defende que:

O Projeto sócio-cultural da modernidade constituiu-se entre o século XVI e finais do século XVIII [...] e esse momento coincide com a emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa que integram a primeira grande onda de industrialização. [...] a especificidade histórica do capitalismo reside nas relações de produção que instaura entre o capital e o trabalho e são elas que determinam a emergência e a generalização de um sistema de trocas caracterizadamente capitalista. Isso só ocorre a partir de finais do século XVIII ou mesmo meados do século XIX e, portanto, depois de estar constituído, enquanto projeto sócio-cultural, o paradigma da modernidade. [...] o trajecto histórico da modernidade está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais.

Wood (1999), para explicar a chamada “agenda pós-moderna”, chama atenção para

elaborações que, antes mesmo dos anos 1960, anunciam o declínio de uma época. Oswald Spengler, durante a Segunda Guerra Mundial, afirmava a existência de uma crise civilizacional do projeto moderno-iluminista, na qual a alternativa que emerge é centrada no individualismo e no “nihilismo”. Charles Wright Mills, formulando no contexto de expansão do capitalismo, advertia o fim da modernidade em virtude da inviabilidade de explicar aquela realidade a partir de pressupostos racionais e de liberdade. Mills considerava que a inépcia do projeto iluminista tem relação tanto pelo seu sucesso quanto pelo seu fracasso (racionalização, progresso tecnológico, ensino universal).

Ao considerar que tais formulações sintetizadas por Wood (1999) são historicamente situadas, vale observar a assertiva de Coutinho (2010) que considera o predomínio do irracionalismo e da destruição da razão nos contextos de estagnação/crise econômica e, em contrapartida, a ascensão da “miséria da razão”, de uma “razão miserável” nos períodos de estabilidade econômica. Portanto, é preciso compreender as peculiaridades dessas formulações considerando que Spengler refletiu a partir de um contexto de estagnação e crise econômica do período entre as grandes guerras e que Mills produziu teoricamente num momento de crescimento e estabilidade econômica.

Wood (1999) sinaliza que na perspectiva pós-moderna, as rupturas e mudanças ocorridas no século XX não são analisadas considerando a lógica contraditória e as particularidades do próprio desenvolvimento capitalista. Ou seja, ao se colocar como possibilidade histórica, a pós-modernidade opera num nível de negação da própria história.

Um dos principais expoentes da agenda pós-moderna na década de 1970, o francês Jean-François Lyotard, “concebe a sociedade não como um todo orgânico ou um espaço de conflitos, mas como uma rede de comunicações linguísticas” (SIMIONATO, 2009, p. 06). Nessa perspectiva, a linguagem e o significado constituem a própria realidade social. Tomado como central, os “signos”, “sentidos” e as “narrativas” constituem o ponto de partida para a compreensão do real e sua possibilidade de transformação. Essa afirmação, repõe – no plano epistemológico – o dilema existente entre a objetividade e subjetividade na produção do conhecimento no âmbito das ciências humanas.

Simionato (2009) afirma que, no contexto da crise econômica a partir dos anos 1960, a perspectiva pós-moderna hiperdimensiona a experiência do cotidiano. No bojo das mudanças e deslocamentos da dinâmica de produção e reprodução da vida material (crise do regime de acumulação fordista, acumulação flexível, financeirização, desestruturação dos sistemas de proteção social na Europa etc.), o pensamento social – aliás, a “razão miserável” – se volta para algumas polarizações: a cultura e a totalidade da realidade social,

a representação e a realidade, o singular e o universal são analisados mecanicamente e hierarquicamente separados. Simionato (2009) identifica que essa racionalidade pós-moderna fortalece a alienação capitalista à medida que centra esforços na fragmentação e na combinação do “irracionalismo” com a “miséria da razão”.

Em diálogo com Rouanet (1989), Simionato (2009, p. 09) afirma que

no plano do cotidiano, através da valorização das vivências particulares dos signos, do simulacro e da hipercomunicação; no plano econômico, mediante a mundialização ou planetarização do capitalismo e suas manifestações estruturais e superestruturais, com destaque para a cultura informatizada; e no plano político, pela desqualificação do Estado e as novas formas de expressão da sociedade civil, através de uma vasta rede de grupos segmentares que passam a compor o terreno da política moderna.

Se considerarmos, conforme Harvey (2012) a relação entre regime de acumulação e de regulação social e, também, dialogarmos com a tese de Jameson (1984), a saber, de que o pós-modernismo se constitui como dominante cultural do capitalismo tardio, poderemos perceber a relação entre “alto modernismo” e o fordismo-keynesianismo e o vínculo entre o padrão de acumulação flexível e o “pós-modernismo”.

Apesar de todas as suas contradições, falta de sensibilidade histórica, aparente repetição inconsciente de velhos temas e derrotismo, elas também respondem a algo real, a condições reais no mundo contemporâneo, nas condições correntes do capitalismo, com as quais a esquerda socialista precisa acertar suas contas (WOOD, 1999, p. 123).

Tabela 1 Quadro comparativo entre concepções modernas e pós-modernas

Modernidade	Pós-modernidade
Existência de estruturas ou conexões estruturais	Fragmentos e contingências
Ideia de unidade sistêmica, sistema social com leis e legalidades	Fluidez nas relações de poder, multiplicidade de opressão e de identidades.
Grandes narrativas e causalidade	Diferenças anárquicas, desconectadas

histórica	
Economia Política	Ênfase na linguagem, na cultura, no discurso
Totalidade, dialética entre singular e o universal	Centralidade nas diferenças, nas identidades singulares, rejeição da categoria totalidade
Construção de sujeito coletivo, projeto de sociedade	Natureza fluida e fragmentada do sujeito.

Fonte: Elaboração própria.

No plano ideopolítico, a perspectiva pós-moderna tem sérias repercussões, entre elas a ideia de que não existe um núcleo/estrutura de opressão coletiva que implica combates e ações estruturais e universalizantes. Ao advogar em torno das “resistências particulares”, a pós-modernidade também incentiva o esmaecimento das lutas universais, promove certa despolitização das resistências locais, desqualifica experiências organizativas de classe como partidos e sindicatos ao afirmar um indivíduo autocentrado, tão peculiar às ideias de empoderamento (WOOD, 1999; SIMIONATO, 2009).

4. Considerações Finais

Em suma, retomando à elaboração de Jameson (1984), o pós-modernismo se constitui como uma dominante cultural do capitalismo contemporâneo. A rigor, o pós-modernismo é, portanto, inseparável da dinâmica do capitalismo tardio. As problemáticas que derivam das reflexões pós-modernas não são fantasias do imaginário, ao contrário, são expressões da expansão do capital, suas crises e de suas alternativas.

Jamenson (1984) destaca que o pós-modernismo opera buscando produzir novas formas de “realismo”, ao mesmo tempo em que produz certo “disfarce” da realidade à

medida que não enfrenta suas contradições fundamentais, dando ênfase nas contradições “aparentes”.

A recusa à pós-modernidade e seus pressupostos deve ser realizada transcendendo qualquer crítica moralizante aos seus apologetas.

Não são questões meramente teóricas; elas têm consequências práticas e políticas urgentes, como se evidencia na sensação convencional que tem os sujeitos do primeiro mundo de habitar numa sociedade ‘pós-industrial’ da qual desapareceu a produção convencional e onde não existem mais classes sociais do tipo clássico – uma convicção que tem efeitos imediatos na práxis política (JAMESON, 1984, p. 78).

“Não restam dúvidas de que a lógica do simulacro, com sua transformação de novas realidades em imagens de televisão faz muito mais do que meramente replicar a lógica do capitalismo tardio: ela reforça e intensifica” (JAMESON, 1984, 72). Problematizar as repercussões da pós-modernidade no seio da sociedade burguesa é tarefa precípua para o enfrentamento desta mesma estrutura que sustenta a emergência deste pensamento, além de servir de subsídio no combate ao aporte que os pressupostos pós-modernos constituem à manutenção do modo de produção capitalista em seu estágio de desenvolvimento atual.

5. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 11 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1999 (p. 143-162).

BRAGA, Ruy. *Uma sociologia da condição proletária contemporânea*. Tempo Social, São

Paulo, v. 18, n. 1, p. 133-152, jun. 2006.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, F. *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. Mimeo, s/d [Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism. In: *New left Review*, nº 146, 1984, p. 53-93].

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? In: _____ e FOSTER, John Bellamy. *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.